



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 16 DE JANEIRO DE 2024

1 No dia dezesseis de janeiro de dois mil e vinte e quatro, na plataforma *Microsoft Teams* por
2 videoconferência, foi realizada a 84ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da
3 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras
4 representantes do governo: **Dia 16/01/2024:** Titular **Airton Ferreira da Silva** (Coalizão Negra por
5 Direitos); Titular **Antonio Ricardo Herculano da Silva** (CEN-BA); Titular **Igor Correia dos**
6 **Prazeres** (CONEN); Titular **Paulo Axé** (RAN); Suplente **Byani Sanches** (RAN); Titular **Baba**
7 **Diba de Iyemonja** (RENAFRO SAÚDE); Titular **Iraneide Soares da Silva** (ABPN); Suplente
8 **Delton Aparecido Felipe** (ABPN); Titular **Nuno Coelho de Alcantara Junior** (APNs); Suplente
9 **Karen Liliane do Nascimento** (MNU); Vice-Presidente **Marina Lais Duarte da Silva**
10 (UNEGRO); Titular **Lucas Ferreira do Nascimento** (ENEGRECER); Titular **Maria Albenize**
11 **Farias Malcher** (CEDENPA); Titular **Deuzília Pereira da Cruz** (Grupo de Mulheres Negras
12 Dandara no Cerrado); Titular **Maria Julia Reis Nogueira** (CUT); Titular **Mãe Tuca D’Osoguiã**
13 (CCIAO); Suplente **Danilo Moura Ferreira Mota** (CCIAO); Titular **Iyá Vera Soares**
14 (FONSANPOTMA); Suplente **Cleyton Silva de Araújo** (FONSANPOTMA); Titular **Carlene**
15 **Patricia Santos Printes Cabral** (MALUNGU); Suplente **Marcos Túlio Costa Gattas** (Associação
16 Nacional das Mulheres Ciganas); Titular **Elaine Maria da Silva de Toledo** (Instituto Alma Preta
17 Jornalismo); Suplente **Pedro Borges Franco Zimmermann do Nascimento** (Instituto Alma Preta
18 Jornalismo); Titular **Wanderson Flor do Nascimento** (Notório-Saber); Titular **Zélia Amador de**
19 **Deus** (Notório-Saber); Titular **Marcos Fábio Cardoso de Faria** (CC/PR); Titular **Luana Alves de**
20 **Melo** (MCID); Titular **Elisangela Lizardo de Oliveira** (MCTI); Titular **Ludymilla Cristinne dos**
21 **Santos Chagas** (MCOM); Titular **Mariana Braga Teixeira** (MinC); Suplente **Bruno Alves**

22 **Chaves** (MDS); Titular **Ana Maria Sales Placidino** (MDA); Titular **Diogo André Silvestre da**
23 **Silva** (MESP); Suplente **Dênis Rodrigues da Silva** (MESP); Titular **Ana Flávia Magalhães**
24 (MGI); Titular **Daniela Luciana da Silva** (MIDR); Suplente **Natália Mori Cruz** (MIDR); Titular
25 **Eduardo Gomor dos Santos** (MJSP); Titular **Cláudia Regina Sala de Pinho** (MMA); Suplente
26 **Anderson Quack** (MPO); Titular **André Fernando** (MPI); Suplente **Gilmara Lúcia dos Santos**
27 (MS); Titular **Ronald Luiz dos Santos** (SG/PR); Suplente **Andréia Amorim Dias** (SG/PR). A
28 Reunião também contou com a presença da Sra. **Larissa da Cruz Santiago** (Secretária-Executiva),
29 da Chefe de Divisão da Assessoria de Participação Social e Diversidade, Hiris de Paulo, e da
30 Assistente Administrativa do CNPIR, Edna Gabrielle. **Dia 16/01/2024** - A Sra. Larissa da Cruz
31 Santiago iniciou a reunião cumprimentando a todos. Logo em seguida, o *quórum* foi verificado com
32 a presença de 32 conselheiros, sendo 16 conselheiros representantes da sociedade civil. Ato
33 seguinte, foi justificada a ausência da presidente. Com a palavra, o Conselheiro Nuno Coelho de
34 Alcantara Junior questionou sobre a posse de nova conselheira. A Sra. Larissa da Cruz Santiago
35 clarificou que a conselheira representante da CONAQ está substituindo o conselheiro Mário. Na
36 sequência, foi apresentada a seguinte proposta de pauta e de ordem, do dia dezesseis de janeiro de
37 dois mil e vinte e quatro, para votação/aprovação: 09h às 09h15 – Início: verificação da presença e
38 de *quórum* e aprovação da ordem do dia – Regimento Interno Art. 12 §1º e 2º Art. 14 inciso I e
39 Regimento Interno – Art. 14, inciso III; 09h15 às 09h30 – Abertura [Fala da Presidente do
40 Conselho, Informes da Sec. Executiva e Aprovação da Ata da 83ª Reunião Ordinária] – Regimento
41 Interno Art. 14 – inciso 2º; 09h30 às 10h30 – Informes e Repasses sobre o GT Marcos Legais –
42 Inscrições para fala – Regimento Interno Art. 16; 10h30 às 11h30 – Informes e Repasses sobre os
43 GT's temporários – Inscrições para fala; 11h40 – Definição sobre V CONAPIR: Apresentação da
44 Sistematização; Propostas de datas das etapas preparatórias e data da V CONAPIR; Propostas de
45 Tema da V CONAPIR – Portaria nº 124 de 2023; 12h30 – Almoço; 13h30 – Continuação das
46 definições sobre V CONAPIR: Definições de Tema; Definição das Datas e Encaminhamento da
47 minuta de decreto ao presidente – Inscrições para fala – Portaria nº 124 de 2023 – Regimento
48 Interno Art.16; 15h30 – Definição sobre 1ª Reunião Extraordinária; Planejamento Conselho;
49 Formação Conselheiros e I Oficina V CONAPIR – Inscrições para fala – Regimento Interno Art. 16
50 – Decreto nº 4.885, Art. 8º inciso IV; 16h30 - Comitê Plano Amazônia Legal e Invisibilidade
51 Institucional dos Mov. Negros da Amazônia e Amapá – Inscrições para fala – Requerimento 001 –
52 RAN – Regimento Interno Art. 16; 17h30 – Articulação de Moções, Recomendações e Resoluções.

53 Inscrições para fala – Regimento Interno Art. 16; 18h30 – Informes Finais – Roda de Diálogo com
54 MDS sobre Política de Cuidados, Plano Nacional de Comunicação Antirracista, Seminário Nacional
55 Abre Caminhos, Outros Informes; 19h – Encerramento. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da
56 Silva saudou a todos. Posteriormente, prosseguiu-se para a aprovação da ata da 83ª Reunião
57 Ordinária. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã noticiou que não recebeu nenhuma devolutiva
58 quanto as considerações enviadas por *e-mail*. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu que a ata
59 foi modificada e reenviada. A Conselheira Andréia Amorim Dias confirmou que as modificações
60 foram encaminhadas. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior ratificou o envio da ata
61 modificada. Iniciada a votação, a ata foi aprovada por unanimidade. Finalizada a votação,
62 transferiu-se para os informes da secretaria-executiva. A Sra. Larissa da Cruz Santiago ressaltou
63 que é necessário que todos enviem os bilhetes de passagem, o relatório de viagem e que seja
64 assinado o termo de posse. Acrescentou que a Sra. Edna pode auxiliar e enfatizou a importância de
65 visualizar o *e-mail* para a verificação de informes. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira sugeriu
66 informar quais conselheiros possuem pendências. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu que
67 apenas duas conselheiras estão com o relatório de viagens pendente. A Vice-Presidente Marina Lais
68 Duarte da Silva propôs encaminhar um comunicado específico para o titular para obter resposta, no
69 caso de pendências por conselheiros suplentes. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu que são
70 as conselheiras Carlene Patricia Santos Printes Cabral e Rosiane que precisam enviar os
71 documentos pendentes. A Conselheira Carlene Patricia Santos Printes Cabral cientificou que essa
72 semana resolverá essa pendência. Isto posto, avançou-se para os informes e repasses sobre o GT
73 Marcos Legais. Posteriormente foi exposta a Resolução nº 36, de 15 de janeiro de 2024 sobre a
74 criação do GT Marcos Legais. A Sra. Larissa da Cruz Santiago relatou que somente o Conselheiro
75 Danilo Moura Ferreira Mota apresentou uma observação e notificou que os seguintes conselheiros
76 estão participando do GT: Igor Correia dos Prazeres, Rosenilda Ferreira de Souza Silva, Danilo
77 Moura Ferreira Mota, Maria Aparecida Ribeiro de Sousa, Edvalda Bispo dos Santos Viana,
78 Mariana Braga Teixeira e André Fernando. Explanou que as reuniões mensais ocorrerão
79 preferencialmente por videoconferência por seis meses, que deverão ser encaminhados relatórios
80 para a Secretaria-Executiva e que deverá ter *quórum* mínimo de metade mais um. Recordou que o
81 Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota sugeriu que a primeira reunião ocorresse de forma
82 presencial. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior considerou o tempo extenso, visto que
83 serão poucas alterações no regimento. Saliu que haverá dificuldade com reuniões virtuais e

84 aconselhou a ocorrência de uma reunião antes ou após o pleno. O Conselheiro Igor Correia dos
85 Prazeres concordou com a primeira reunião no formato presencial, discorreu que alguns itens do
86 regimento interno foram tratados, como a ocupação da presidência pela ministra e a inclusão de
87 tempo adicional para o planejamento das comissões dos GT's. O Conselheiro André Fernando
88 concordou com a resolução, realçou a importância de citar o termo “*étnico-racial*” e de atualizar o
89 Estatuto de Igualdade Racial e Regimento Interno. Asseverou que a legislação traz poucos
90 esclarecimentos sobre a questão indígena, principalmente na área criminal. Argumentou que é
91 necessário definir o calendário, concordou com a ocorrência da primeira reunião no formato
92 presencial e com a ocorrência das demais reuniões por videoconferência. A Conselheira Mãe Tuca
93 D’Osoguiã manifestou a sua preocupação quanto ao prazo extenso e sugeriu reduzir o prazo para
94 três meses, ter reuniões presenciais e uma reunião antes do pleno, pois o regimento será aprovado
95 por outras instâncias. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva salientou a importância
96 de analisar o regimento e executar de forma rápida. A Sra. Larissa da Cruz Santiago ressaltou como
97 encaminhamento a ocorrência de reunião no formato presencial. Propôs aproveitar as reuniões
98 ordinárias presenciais e separar um período da reunião extraordinária de fevereiro para o GT.
99 Elucidou que o prazo máximo para o GT é de seis meses e que pode ser alterado. Foi ressaltado que
100 as reuniões do conselho são bimestrais, o que pode afetar a organização das reuniões. O
101 Conselheiro André Fernando recomendou encaminhar os relatórios ao CNPIR e entregar no final
102 um relatório do GT. Foi sugerido iniciar o GT na próxima reunião extraordinária do conselho em
103 fevereiro. A Conselheira Ana Maria Sales Placidino aconselhou a ocorrência do primeiro dia de
104 reunião presencial em Brasília. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã recomendou reduzir o prazo
105 para quatro meses, com a realização de duas reuniões presenciais e depois duas reuniões no formato
106 virtual. A Conselheira Iyá Vera Soares concordou com a proposta da Conselheira Mãe Tuca
107 D’Osoguiã. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva sugeriu a realização de duas
108 reuniões *on-line* e apresentar um dia antes da reunião extraordinária de fevereiro o GT. Iniciada a
109 votação, a proposta da Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã foi aprovada por 29 conselheiros. Foi
110 contabilizado a quantidade de titulares. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva
111 recomendou iniciar as reuniões no formato virtual, para que, em fevereiro, um dia antes da reunião
112 extraordinária, seja realizada a reunião presencial. A Conselheira Ana Maria Sales Placidino
113 afirmou que acontecerão duas reuniões presenciais e duas reuniões *on-line* sem prazo. Foi explicado
114 que será realizado duas reuniões no formato virtual, uma reunião no dia anterior a reunião

115 extraordinária de fevereiro para tratar assuntos do GT de forma presencial e apresentar ao conselho
116 e que posteriormente será executada outra reunião *on-line* e outra presencial na reunião ordinária. O
117 Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota alegou que o Pleno retirou a capacidade do GT de
118 organizar o seu trabalho, sendo um erro metodológico e sugeriu ter cautela nas próximas situações.
119 Diante do exposto, a Sra. Larissa da Cruz Santiago argumentou que o grupo precisa se manifestar.
120 O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres concordou e esclareceu que serão no mínimo quatro
121 reuniões e que a decisão pode ser alterada no Pleno. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da
122 Silva concordou, todavia salientou que o tempo de mandato é escasso. Ato contínuo, a Vice-
123 Presidente Marina Lais Duarte da Silva passou para os informes dos GT's temporários. Lembrou
124 que foi decidido na última reunião que os Conselheiros Afonso José Dias Gomes e Valdice Gomes
125 da Silva participarão do GT do Programa Federal de ações afirmativas, que o Programa Nacional de
126 Ações Afirmativas foi alterado para "*Programa Federal de Ações Afirmativas*" e que foi publicado
127 no decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023. Discorreu que o Comitê Gestor é coordenado
128 pelo MIR e que há previsão de convidar representantes da sociedade civil para participar das
129 reuniões sem direito a voto. Sobre a Comissão de Análise de Personalidades Notáveis Negras,
130 declarou que as Conselheiras Francisca Cristina Santos Miranda e Jovanna Cardoso da Silva
131 participarão e que houve a indicação da participação da Fundação Cultural Palmares. Adicionou que
132 o Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva e a titular da CONAQ participarão do Comitê
133 Técnico Interministerial de Saúde da População Negra, que os Conselheiros Raimundo Hilário
134 Seabra de Moraes e Roberto Potacio Rosa participarão do Comissão Nacional de Enfretamento a
135 Violência no Campo e que foi notificada a indicação encaminhada ao Ministério de
136 Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Comunicou que as Conselheiras Maria Albenize
137 Farias Malcher e Iraneide Soares da Silva participarão do Grupo de Trabalho Interministerial sobre
138 Política Nacional de Cuidado, que o GT é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e
139 Assistência Social, Família e Combate à Fome e o Ministério das Mulheres. Cientificou que o MIR
140 está representado pelo CEDENPA e que o GTI solicitou roda de conversa remota com CNPIR em
141 fevereiro. Na sequência, foi ressaltado que o decreto sobre o GT das ações afirmativas foi alterado e
142 que a representação da sociedade civil foi retirada. Sobre a Comissão Nacional de Enfretamento a
143 Violência no Campo, a Sra. Larissa da Cruz Santiago relatou as reuniões foram iniciadas em
144 dezembro e não sabe informar se os dois conselheiros estão acompanhando. Diante do exposto,
145 sugeriu que a conselheira Carlene Patricia Santos Printes Cabral verifique a situação. O Conselheiro

146 Igor Correia dos Prazeres solicitou o envio das normativas por *e-mail* e salientou a importância da
147 participação do conselho em todos os espaços. Foi respondido que será enviado até o final da
148 reunião. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior sugeriu o encaminhamento de ofício pelo
149 Pleno, readmitindo a cadeira da sociedade civil no GT das ações afirmativas. A Conselheira Mãe
150 Tuca D’Osoguiã arrazoou que o MIR deveria ter informado ao conselho imediatamente e ressaltou
151 a importância da participação da sociedade civil. A Conselheira Iraneide Soares da Silva salientou a
152 importância de ter uma solução e de atuar com outros ministérios. Demonstrou-se indignada com a
153 exclusão da sociedade civil. O Conselheiro Doté argumentou que a atitude pode ser considerada
154 racismo institucional, o que pode ser inserido no documento a ser encaminhado para a Casa Civil. A
155 Conselheira Maria Julia Reis Nogueira concordou com as ponderações anteriores, reafirmou a
156 necessidade de divulgar esse tipo de situação com antecedência e de resolver o problema. O
157 Conselheiro Airton Ferreira da Silva salientou a importância da participação da sociedade civil e de
158 uma posição do conselho, incluindo a posição da ministra e ter a articulação dos ministérios sobre
159 as áreas atingidas pelas chuvas. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres ponderou que o decreto
160 deve ser analisado, que o conselho é órgão do ministério, que o decreto não garante a
161 interseccionalidade de temas e outros conselhos. Adicionou que é fundamental pensar em
162 estratégias com outros conselhos, visto que em dois meses será implantado um plano de ação que
163 deve ser aprovado pelos conselhos deliberativos da política e pelo Conselho Nacional de Promoção
164 da Igualdade Racial. A Sra. Larissa da Cruz Santiago recordou que a secretaria-executiva recebeu
165 um *e-mail* em 13 de novembro convocando e convidando o CNPIR, o que antecedeu a reunião e
166 que o decreto previa a participação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, do
167 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Conselho Nacional de Política Indigenista e do
168 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Relatou que em 20 de novembro os três
169 conselhos foram eliminados e que no dia 14 de dezembro a secretaria-executiva se reportou
170 diretamente a Secretaria de Política e Ações Afirmativas perguntando a secretaria o motivo da saída
171 do conselho. Concordou que a secretaria-executiva errou em não reportar a situação ao conselho
172 imediatamente e que não receberam resposta. Sugeriu como encaminhamento a elaboração de um
173 documento para o Ministério da Igualdade Racial e à Casa Civil sobre a retomada da participação
174 do conselho. Leu o artigo nº 13 do decreto que informa sobre mesas de diálogo. A Conselheira Ana
175 Flávia Magalhães declarou que deve ser questionado como os diálogos acontecerão e o alcance das
176 intervenções dessas representações de participação social, pois o Comitê Gestor estabelece um

177 instrumento para diálogo com a sociedade civil. A Conselheira Ana Maria Sales Placidino
178 concordou e sugeriu verificar quais são as instâncias de comunicação com o conselho. Iniciada a
179 votação, a proposta de construção de documento foi aprovada por 21 conselheiros. Isto posto, a
180 Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva prosseguiu para a Definição sobre V CONAPIR:
181 Apresentação da Sistematização; Propostas de datas das etapas preparatórias e data da V
182 CONAPIR. A Sra. Larissa da Cruz Santiago expôs como marcos legais a Resolução nº 7, de 27 de
183 outubro de 2020 (Regimento Interno CNPIR), o decreto de 23 de julho de 2004 (Convocação da I
184 CONAPIR), a Portaria nº 907, de 11 de maio de 2023, que convoca a V CONAPIR, Portaria nº 11,
185 de 24 de maio de 2022 sobre o Regimento Interno da V CONAPIR, Portaria nº 124, de 5 de maio de
186 2023, que altera a data da V CONAPIR, resgatou o histórico da I, II, III e IV CONAPIR. Arrazoou
187 que sugere-se como prazos: publicação do decreto em 1 de fevereiro de 2024, a ocorrência de
188 etapas municipais de 29 de fevereiro a 30 de abril de 2024, de etapas estaduais de 31 de maio a 31
189 de julho 2024, de etapas livres de 29 de fevereiro a 31 de julho de 2024, da etapa digital de 31 de
190 maio a 31 de julho de 2024 e da etapa nacional de 25 a 28 de novembro de 2024 e apresentou como
191 sugestões de temas: “*Brasil pela justiça racial: garantir direitos e conquistar espaços*”; “*Igualdade*
192 *racial e democracia: reparação e justiça racial para o desenvolvimento sustentável*”; “*Igualdade*
193 *racial e democracia: justiça e reparação para o desenvolvimento sustentável*”. Expôs uma sugestão
194 de minuta de decreto em que não seriam colocados os eixos na minuta, somente no Regimento
195 Interno. A Conselheira Daniela Luciana da Silva questionou se as cores serão usadas na
196 comunicação visual e como o conselho participará de cada etapa do processo. A Conselheira Mãe
197 Tuca D’Osoguiã alegou que é necessário definir as comissões. Questionou se a Flacso participará e
198 como está o posicionamento do MIR com a Flacso. Afirmou que fevereiro é um prazo reduzido,
199 questionou se possuem o caderno e o orçamento. O Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento
200 indagou se haverá etapa digital em todas as conferências municipais e estaduais ou se ocorrerá
201 depois das etapas municipais, estaduais e livres. Foi proposto analisar o documento e definir os
202 encaminhamentos a tarde. O Conselheiro Doté pontuou que os orçamentos nos estados não foram
203 finalizados, discorreu que muitos municípios não têm sequer secretaria, o que inviabiliza as
204 conferências e sugeriu discutir também as conferências livres digitais e verificar os estados e
205 municípios que realizaram as conferências. O Conselheiro Airton Ferreira da Silva ressaltou a
206 importância de averiguar os prazos e orçamento. Relembrou a ocorrência de eleições municipais e
207 sugeriu rever o calendário e o orçamento no período vespertino. O Conselheiro Igor Correia dos

208 Prazeres enfatizou a necessidade de ter momentos de escuta com estados e municípios e outras
209 informações como a quantidade de conferências realizadas por estados e municípios, número de
210 delegados e definir condições das etapas livres. Acrescentou que deve ser verificado o responsável
211 por organizar com conselhos e conferências e constituir uma comissão organizadora. A Conselheira
212 Mãe Tuca D’Osoguiã questionou se o Ministério mapeou os estados e municípios que realizaram
213 conferências. A Sra. Larissa da Cruz Santiago lembrou que houve adiamentos da CONAPIR e
214 que o conselho precisa decidir a data. Informou que está previsto orçamento de oito milhões de
215 reais para o CNPIR e que pode realizar captações com órgãos específicos. Afirmou que possuem o
216 apoio da Flacso, que consideram ter novos temas e eixos e que tem acesso a relatórios dos estados
217 do Acre, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Complementou que todas as instâncias
218 governamentais tiveram dificuldades para acessar documentos, que não foi definido itens referentes
219 a comunicação visual e a comissão organizadora. Evidenciou que a Conferência da Juventude é
220 considerada referência para a etapa digital e que desejam que as conferências livres determinem os
221 delegados e que a etapa digital e livre possa subsidiar a definição de delegados. A reunião foi
222 encerrada. **Tarde:** A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva iniciou a reunião saudando a
223 todos. Na sequência, o *quórum* foi verificado com 12 representantes do poder público e 16
224 representantes da sociedade civil. Logo após, continuou com as definições sobre V CONAPIR. A
225 Sra. Larissa da Cruz Santiago enfatizou que o Pleno deve constituir uma comissão organizadora, o
226 que poderá ser realizado na reunião extraordinária. A Conselheira Byani Sanches questionou se o
227 calendário foi definido. Foi explicado que foi apresentado o documento com uma proposta de temas
228 e de datas. O Conselheiro Baba Diba de Iyemonja concordou com o cronograma e asseverou que
229 não conseguiu acessar o documento. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior propôs como
230 tema: Brasil multicultural enfrentando o racismo para uma construção da equidade racial. Propôs
231 avaliar os 20 anos de política afirmativa do Brasil, inserir a questão étnica, verificar o
232 financiamento da política pelo Brasil e o quanto a política étnico-racial está sendo contemplada na
233 política racial. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva manifestou preocupação com o
234 prazo curto e recomendou estabelecer em um momento específico para abordar somente o assunto.
235 O Conselheiro Lucas Ferreira do Nascimento sugeriu dialogar com os territórios. Pontuou que o
236 debate sobre reparação histórica e ações afirmativas deve ser centralizado e sugeriu a inclusão do
237 tema “*Igualdade racial e democracia: reparação e justiça racial para o desenvolvimento*
238 *sustentável*”. O Conselheiro Paulo Axé ponderou que o tema deve ser objetivo. Sugeriu como tema:

239 o impacto do racismo no governo e na sociedade. Adicionou que podem ser inseridos subtemas. A
240 Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã argumentou que deve ser avaliado o que deve ser executado.
241 Complementou afirmando que os prazos são restritos, que a representante da Flacso está esperando
242 por uma reunião e que é necessária uma estratégia para avaliar os temas. Foi ressaltado que não foi
243 proposto adiamento para o próximo ano, mas que é necessário analisar os temas em um prazo
244 maior. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva argumentou que é necessário iniciar a
245 discussão, concordou que o tempo é escasso, mas que devem ser pensadas em estratégias. O
246 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres salientou a importância de organizar a conferência nacional,
247 concordou com todos os tópicos e sugeriu a definição de tópicos para debate. Aconselhou um
248 posicionamento do conselho, convocando os conselhos estaduais e municipais para escuta e outro
249 para a conferência, discutir sobre as etapas livres, a definição dos delegados de cada etapa, da data
250 do momento de escuta com entidades que representam negros, povos indígenas, de terreiro e
251 conselhos e dialogar para que o decreto seja enviado pelo ministério. A Conselheira Ana Maria
252 Sales Placidino concordou com as propostas, explicou que é criado um plano que retorna para os
253 estados e municípios, que o objetivo é relacionado ao tema e que a comissão organizadora tem
254 como missão definir o legado da CONAPIR. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira frisou que
255 estão na segunda reunião, sendo necessário indicar e discutir os temas. Enfatizou que não possuem
256 comissão organizadora até o momento, sendo inviável prosseguir com o calendário. O Conselheiro
257 Wanderson Flor do Nascimento alegou que a conferência precisa ocorrer em 2024. Recomendou
258 criar em um GT interno para se mobilizar mais rapidamente e ramificar para estados e municípios
259 antes de definir a conferência nacional. Argumentou que, a realização da reunião em fevereiro afeta
260 o cronograma, pois os trabalhos serão iniciados em março. Sugeriu a ocorrência da reunião em
261 janeiro ou definir um grupo de trabalho provisório. O Conselheiro Marcos Túlio Costa Gattas
262 salientou a importância de determinar os temas. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres sugeriu
263 realizar uma reunião na próxima semana para discutir o decreto com tema, data, comissão
264 organizadora e se possível iniciar a discussão sobre as mudanças da minuta do decreto. O
265 Conselheiro Airton Ferreira da Silva concordou com a criação do grupo de trabalho e com a escuta
266 dos estados e municípios. Demonstrou preocupação com as datas, visto que os estados deverão se
267 adaptar as datas. Recomendou efetuar um levantamento dos estados que realizarão as conferências.
268 O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva sugeriu definir hoje se o GT será criado e a data
269 da próxima reunião. A Sra. Larissa da Cruz Santiago enfatizou a necessidade de ler as normativas e

270 estudar as políticas. Solicitou aos conselheiros que auxiliem no diálogo para o envio de relatórios de
271 conferências. Sugeriu como encaminhamentos a construção de uma comissão organizativa
272 temporária e que a próxima reunião seja realizada em breve. Ressaltou que haveria duas semanas
273 para verificar os documentos e definir temas, que precisa analisar como as escutas serão realizadas,
274 que é responsabilidade do conselho definir as datas das conferências. Foi lembrado que a quarta
275 conferência foi realizada sem orçamento e um ambiente adverso. A Vice-Presidente Marina Lais
276 Duarte da Silva explanou que deve ser decidido se será um grupo formal, com participantes
277 experientes. O Conselheiro Paulo Axé sugeriu uma comissão formal com um representante por
278 região e a possibilidade de ampliação. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã se colocou a disposição
279 e concordou com a participação de representantes experientes. O Conselheiro Marcos Fábio
280 Cardoso de Faria sugeriu criar a comissão informal com participantes experientes e elaborar
281 documentos com opiniões aglutinadas para acelerar a discussão. Arrazouou que a comunidade está
282 participando e que os temas devem ser debatidos para evitar processos democráticos. A Conselheira
283 Maria Julia Reis Nogueira sugeriu definir o tamanho da comissão, com a participação de
284 representantes da sociedade civil e do governo em reunião formal. A Conselheira Karen Liliane do
285 Nascimento frisou que deve ser decidido se será formal ou informal, com sete representantes com
286 expertise. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior concordou com a reunião formal. A Sra.
287 Larissa da Cruz Santiago explanou que, para a criação de um grupo formal é fundamental criar uma
288 resolução, definir a categoria, a composição de até sete pessoas e duração da comissão para
289 encaminhar à secretaria-executiva. O Conselheiro Paulo Axé ressaltou a importância da
290 participação regional. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva concordou com a
291 composição de sete pessoas por região, respeitando a paridade e se colocou à disposição. Iniciada a
292 votação, todos concordaram com a criação de uma comissão formal. Foi ressaltado que o
293 representante não precisa ter experiência. O Conselheiro Paulo Axé explicou que está à
294 disposição. Foi esclarecido que a comissão organizadora definirá a minuta do decreto, com um
295 documento editável para definir datas e que os conselheiros encaminharão temas. O Conselheiro
296 Igor Correia dos Prazeres sugeriu como data da reunião o dia 23 de janeiro. A Sra. Larissa da Cruz
297 Santiago informou que as entidades MNU e RAN pela região Norte, pela Região Nordeste CUT,
298 ABPN, Coalizão Negra Por Direitos, CEN-BA e Casa de Cultura ILE ASE D’OSOGUIÃ, pela
299 Região Sudeste o ENEGRECER e pela Região Centro-Oeste o Grupo de Mulheres Negras Dandara
300 no Cerrado se candidataram, sendo necessário ter somente cinco organizações e dois representantes

301 do governo. A Conselheira Daniela Luciana da Silva sugeriu que o Conselheiro Marcos Fábio
302 Cardoso de Faria represente o governo. O Conselheiro Paulo Axé explicou que RAN se retirou com
303 a condição que tenha a representação na Amazônia. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da
304 Silva retirou a sua candidatura. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã retirou a sua candidatura. A
305 Conselheira Iraneide Soares da Silva notificou que pode retirar a ABPN. A Sra. Larissa da Cruz
306 Santiago ressaltou que a minuta será discutida na comissão. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte
307 da Silva sugeriu que seja definida outra entidade por causa da ausência dos representantes das
308 entidades da Região Nordeste. Foi proposto retirar um representante do governo e inserir dois
309 representantes da sociedade civil. Foram lidos os artigos nº 26 e 27 do Regimento Interno. O
310 Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria destacou a importância de ter um representante do
311 governo. A Conselheira Daniela Luciana da Silva se disponibilizou para participar. O Conselheiro
312 Paulo Axé asseverou que existem pautas importantes que devem ser tratadas no GT. O Conselheiro
313 Airton Ferreira da Silva pontuou que o conselho deve decidir sobre a participação. A Conselheira
314 Deuzília Pereira da Cruz comunicou que pode retirar a candidatura se for necessário. A Vice-
315 Presidente Marina Lais Duarte da Silva discordou e frisou que a CUT e a Coalizão Negra Por
316 Direitos devem decidir quem participará da comissão e enviar amanhã para o e-mail do *conselho*.
317 Logo após, foi avançou-se para a pauta referente a 1ª Reunião Extraordinária no formato presencial.
318 A Sra. Larissa da Cruz Santiago relatou que deve ser discutida na reunião a formação dos
319 conselheiros, oficina V da CONAPIR e o planejamento do conselho. O Conselheiro Paulo Axé
320 sugeriu adiar a formação e priorizar a conferência e o planejamento. Foi ressaltada a importância da
321 formação de conselheiros. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã concordou. O Conselheiro Antonio
322 Ricardo Herculano da Silva questionou se a formação pode ser realizada posteriormente. A Sra.
323 Larissa da Cruz Santiago respondeu que o GT de Marcos Legais precisa se reunir e que pode
324 explicar na formação o funcionamento do conselho. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres
325 arrazoou que é necessário mais de um dia para discutir os marcos legais e questionou se os outros
326 GT’s podem participar da discussão. A Conselheira Daniela Luciana da Silva concordou com a
327 formação reflexiva, ter nivelamento das práticas, respeitar falas e inscrição e revisão das datas, por
328 causa do carnaval. Sugeriu que a Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã auxilie na formação sobre a
329 parte regimental. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã reforçou a importância da formação e do
330 papel dos conselheiros. O Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria ressaltou a necessidade de
331 qualificação, lembrou que terça-feira é considerado feriado e quarta-feira é considerado feriado

332 até o meio-dia. A Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã sugeriu repensar na data por causa das
333 passagens que são mais caras nesse período. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva
334 concordou com a mudança das datas. O Conselheiro Baba Diba de Iyemonja sugeriu a ocorrência
335 da reunião nos dias 26 a 29 de fevereiro. A Sra. Larissa da Cruz Santiago asseverou que no dia 29
336 de fevereiro os conselheiros do GT podem permanecer para definir questões relacionadas sobre o
337 CONAPIR. A Conselheira Iraneide Soares da Silva salientou que é inviável realizar a reunião
338 durante toda a semana. A Conselheira Karen Liliane do Nascimento questionou se a formação será
339 para os titulares ou suplentes. A Sra. Larissa da Cruz Santiago explicou que, conforme o regimento,
340 os suplentes atuam na ausência do titular, sendo a formação direcionada para conselheiros titulares.
341 O Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento enfatizou a importância da participação de todos. O
342 Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva propôs a definição da reunião para os dias 21 a 23
343 de fevereiro. Foi definido como propostas de datas para a 1ª Reunião Extraordinária de 21 a 23 de
344 fevereiro e de 26/02 a 28 de fevereiro. A Conselheira Iraneide Soares da Silva sugeriu a reunião de
345 quarta-feira a sexta-feira. Iniciada a votação, nove conselheiros concordaram com a proposta com a
346 realização da reunião em 21 a 23 de fevereiro e 10 conselheiros escolheram os dias 26 a 28 de
347 fevereiro, sendo aprovada por maioria a proposta nº 2. A pauta da 1ª reunião extraordinária foi
348 aprovada com a data de 26 a 28 de fevereiro. Ato seguinte, passou-se ao Comitê Plano Amazônia
349 Legal e Invisibilidade Institucional dos Mov. Negros da Amazônia e Amapá. O Conselheiro Paulo
350 Axé arrazoou que o requerimento foi elaborado pelo RAN, discorreu sobre o histórico do comitê,
351 sugeriu que o conselho encaminhe um documento para a ministra respondendo o que foi pautado no
352 comitê e que seja explicado a situação do Comitê e depois as situações da Amazônia e do Amapá. O
353 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres referendou o requerimento e ressaltou a importância de
354 discutir sobre a Amazônia e da criação do Comitê. Concordou com o requerimento e aconselhou
355 que o RAN elabore o documento para aprovação. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior
356 explicou que seria um requerimento de informações e uma orientação do ministério. Relembrou que
357 houve um anúncio da ministra sobre a constituição do Comitê de Monitoramento da Amazônia
358 Negra e Combate ao Racismo Ambiental e que o gabinete deve informar sobre o assunto. O
359 Conselheiro Paulo Axé explicou que espera que a Sra. Roberta Eugênio explique sobre o Comitê
360 Amazônia Legal na próxima reunião. O Conselheiro Airton Ferreira da Silva concordou. A Sra.
361 Larissa da Cruz Santiago anunciou que estão sem *quórum*. Isto posto, o Conselheiro Paulo Axé
362 pediu vistas para que seja apresentado na próxima reunião por falta de *quórum*. A Conselheira

363 Daniela Luciana da Silva sugeriu acrescentar na formação a importância do *quórum*. A Conselheira
364 Mãe Tuca D’Osoguiã recomendou analisar os horários de reunião, reduzir as pautas ou ser objetivo
365 nas ponderações. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu esclarecendo que podem ser realizadas
366 ponderações na pauta. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva relatou que a reunião foi
367 realizada no formato virtual com a verificação do *quórum*, aprovação da ata da 83ª Reunião
368 Ordinária, informes da Secretaria-Executiva, do GT Marcos Legais, Grupos temporários, definição
369 sobre a V CONAPIR, da 1ª Reunião Extraordinária com definida para os dias 26 a 28 de fevereiro
370 de 2024, construção de grupo temporário com a representação por regiões, em que a RENAFRO
371 representará a região SUL, a entidade MNU representará a Região Norte, as instituições CUT e
372 Coalizão Negra Por Direitos decidirão quem representará a Região Nordeste, a instituição
373 ENEGRECER representará a Região Norte e o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado
374 representará a Região Centro-Oeste e o Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria e Conselheira
375 Daniela Luciana da Silva representarão o governo e que a reunião será realizada no dia 23.
376 Finalizou informando que a pauta sobre a Comitê Amazônia Legal será o primeiro assunto
377 abordado na próxima reunião. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva, agradeceu a
378 participação e comprometimento de todos, encerrando a 84ª Reunião Ordinária do Conselho
379 Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.